

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, I.G.; GERMANI, G. I. Quilombos da Bahia: Presença Incontestável. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, Universidade de São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005, p.796-812.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Povos indígenas. Povos indígenas.** Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/povosindigenas>>.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Documento curricular referencial da Bahia etapa do Ensino Médio.** 1ª versão, 2021, p.692.

BAHIA. Secretaria de Planejamento – SEPLAN. 2019. **Territórios de identidade.** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

BANIWA, G. **O Índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje (Coleção educação para todos – Série Vias dos Saberes n. 1). Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=88685>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Fundação Cultural Palmares. **Tabela das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Bahia**, 22 de abril de 2021. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/craqs-estados/craqs-ba-22042021.pdf>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.** Brasília–DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

CARMO, Aline Cristina Oliveira do. **Práticas Quilombistas, Afetividade e Educação:** Diálogos com potências, ativismos e intelectualidades da África Global. In: MIRANDA, Cláudia. (Org.). **Pesquisa em Rede de Mulheres.** Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

LUCIANO, Gersm dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. **Coleção Educação para Todos** (Série Via dos saberes nº. 12), 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios** (PPGAV/EBA/UFRJ), n. 32, dez., p. 123–151., 2016.

EXPEDIENTE

Governo da Bahia

Rui Costa | Governador

João Leão | Vice-Governador

Jerônimo Rodrigues | Secretário da Educação

Daniilo Melo Souza | Subsecretário

Manoel Vicente Calazans | Superintendente de Políticas para a Educação Básica

Coordenação Geral

Iara Martins Icó Sousa

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenação de Educação do Campo/Quilombola

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenações das Etapas

Poliana Nascimento dos Reis

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Equipe de Elaboração

Adenilza dos Santos Macedo / Adenilza kiriri | Coordenadora da Educação Escolar Indígena da Bahia

Admilson Silva Amaral (Katu Tupinambá)

Carlos Eduardo Carvalho de Santana

Francisco Cruz Nascimento

Jeane Borges dos Santos

Lucia Santana dos Santos da Silva

Maria Cristina de Jesus Sampaio

Mille Caroline Rodrigues Fernandes (Makyesi)

Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa

Colaboradores(as)

Adriana Mendonça dos Santos

Bruno Alves Moura Ito

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Fernanda Pessoa do Amaral

Gilberto Cardoso Almeida

Poliana Nascimento dos Reis

Revisão, projeto gráfico e diagramação

Marjorie Amy Yamada

Foto da capa

Comunidade Quilombola Kaonge, Cachoeira–BA, por Tatiana Azeviche | Setur/BA, 2012.



Multidimensionais: com capacidade de abranger, tratar dos múltiplos aspectos de (algo). Que tem múltiplas dimensões; que concerne a níveis ou campos variados.

N

Necropolítica: conceito filósofo criado pelo intelectual negro camaronês Achille Mbembe que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer.

Nganga (Ganga): termo de origem da língua Kimbundu. Em terras angolanas significa chefe, curandeiro, sacerdote. Na Bahia, possui a mesma função que um Babalorixá (pai de santo, nação Ketu), um Tatetu (pai de santo, nação Angola) ou um Doté (sacerdote, nação Jêje)/Mejitó (pai, nação Jêje).

S

Senzala: grande alojamento que se destinava à moradia dos escravizados nos engenhos e fazendas do Brasil Colônia e do Império do Brasil entre os séculos XVI e XIX.

T

Terra indígena: porção do território nacional, a qual após regular processo administrativo de demarcação, conforme os preceitos legais instituídos, passa, após a homologação por Decreto Presidencial para a propriedade da União, habitada por um ou mais comunidades indígenas, utilizada por estes em suas atividades produtivas, culturais, bem-estar e reprodução física. Assim sendo, trata-se de um bem da União, e como tal é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis.

Território indígena: uma das categorias conceituais da Geografia. Em sua análise, esse está diretamente vinculado a poder e domínio exercido pelo Estado nacional, de forma que o território conforma uma identidade tal que o povo que nele vive não se imagina sem a sua expressão territorial, em um sentido é uma área delimitada sob a posse de um povo ou uma organização ou de uma instituição.

Titulação: processo administrado pelo Estado que concede título de propriedade do território. É etapa fundamental para garantia do direito à terra, ao respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade.



Fonte: Iphan

EPIGRAFE

*Não sou descendente de escravos.
Eu descendo de seres humanos
que foram escravizados!*

Makota Valdina



GLOSSÁRIO

A

Axogum (Àsògún): palavra de origem da língua Yorubá. Dentro do candomblé de Nação Ketu, é o responsável pelas cerimônias em que há a presença de animais votivos. Geralmente é um filho de Ogum. No candomblé de Nação Angola, o responsável pelas cerimônias votivas são chamados de Tata Pokó ou Tata Quivonda; e no candomblé de Nação Jêje, chama-se Pejigã.

C

Caboclo: este termo era utilizado antigamente, de forma pejorativa, para nomear o filho ou a filha fruto de um relacionamento interétnico entre um/uma indígena com uma pessoa branca. Este nome também é usado para adjetivar a figura do homem e/ou da mulher que nasce e vive no sertão brasileiro.

Certificação quilombola: processo que busca reconhecer as origens e ampliar direitos, tornando amplo o acesso dessas comunidades às políticas públicas.

F

Fenótipo: conjunto de características observáveis ou caracteres de um organismo ou população, como: morfologia, desenvolvimento, propriedades bioquímicas ou fisiológicas e comportamento. O fenótipo resulta da expressão dos genes do organismo, da influência de fatores ambientais e da possível interação entre os dois.

I

Instituto Mauá: (Instituto de Artesanato Visconde de Mauá) autarquia extinta através do Decreto Lei 13.204/2014. Ao longo dos 75 anos de existência teve como objetivo de atuação a preservação, o fomento, a promoção e comercialização do artesanato baiano.

M

Macumba: é um instrumento de percussão de origem africana, semelhante ao instrumento reco-reco. No Brasil, por meio de um processo de ampliação de sentido, o termo “macumba” passou a designar, de forma pejorativa, às oferendas religiosas ligadas às religiões de matrizes africanas.

Macumbeiro: sendo macumba um instrumento semelhante ao reco-reco, macumbeiro seria o indivíduo que toca o instrumento macumba. No entanto, de forma pejorativa, o termo passou a designar o indivíduo que professa as religiões de matrizes africanas.

Morfologia: estudo da forma, da configuração, da aparência externa da matéria.

À Comunidade Escolar,

É com grande satisfação que disponibilizamos para a Rede Estadual de Ensino da Bahia os **Cadernos de Apoio à Aprendizagem**, um material pedagógico produzido a muitas mãos, destinado a apoiar educadores e estudantes no momento de retomada das atividades letivas. A sua elaboração envolveu professores(as) voluntários(as) e participação dos movimentos sociais, além de técnicos e gestores da Superintendência de Políticas para a Educação Básica – SUPED, responsável pela coordenação do trabalho. Destaca-se, em especial, a intensa interlocução entre diferentes modalidades, na perspectiva de produzir um material atento à acessibilidade e que contemple diferentes modalidades.

Os **Cadernos** foram concebidos como materiais de suporte para o planejamento pedagógico e para o restabelecimento das rotinas escolares. Sua elaboração partiu da análise crítica sobre quais seriam, nesse momento específico, as **aprendizagens significativas** para os estudantes, e quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas por eles e elas ao longo desse ano letivo tão atípico. A partir daí, foram construídos os organizadores curriculares, que promovem uma aproximação entre a experiência docente em sala de aula e os objetos de conhecimentos que compõem o Documento Curricular Referencial da Bahia da Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



9 AUTOAVALIAÇÃO

Viva! Chegamos ao final de mais uma caminhada!

Você percebeu que o nosso percurso foi repleto de muita troca de experiências? Parabéns por ter chegado ao final. Mas, antes de finalizarmos, gostaria de te pedir para fazer uma análise dessa caminhada. Aproveite esse momento para refletir sobre todo o percurso realizado. Logo abaixo, disponibilizamos algumas questões que te ajudarão a refletir sobre o percurso da trilha! Então, vamos lá?

- 1 Para você, quais foram as informações mais relevantes?
- 2 Qual é a sua opinião sobre o termo Quilombismo?
- 3 Explique-nos de que maneira a associação da sua comunidade quilombola se organiza na tomada de decisões para o quilombo de forma geral. Há um diálogo coletivo? Os(as) mais velhos(as) também opinam?
- 4 Qual é a sua opinião sobre a importância da certificação para a existência das comunidades tradicionais?
- 5 Você acha importante conhecer mais sobre os povos indígenas? Por quê?
- 6 Como os temas trabalhados na trilha colaboraram com a sua formação?

A organização didática foi feita sob a forma de “Trilhas de Aprendizagem” associadas aos objetos de conhecimento. Essa estrutura visa a organizar e acompanhar o processo de construção da aprendizagem pelo estudante, propondo interações e conferindo autonomia aos diferentes sujeitos. Cada trilha tem objetivos específicos e sua abordagem foi pensada especialmente para o público estudantil, apresentando uma linguagem que busca despertar a curiosidade e instigar a pesquisa, tornando o aprendizado mais eficaz, agradável, contextualizado e significativo.

Por fim, esperamos que esse material seja utilizado pelos educadores no planejamento pedagógico para o retorno às atividades letivas, como forma de conciliar os tempos e espaços de aprendizagem, e que sirva de inspiração para a produção de novas trilhas, em diferentes linguagens (áudio, vídeo, imagens, redes). Neste sentido, convidamos todos os educadores e educadoras da Rede Pública Estadual a produzirem e (re)elaborarem, a partir dos Cadernos de Apoio, suas Trilhas Autorais, abordando os contextos e necessidades territoriais e locais de cada realidade deste “país” chamado Bahia.

Abraços fraternos!

JERÔNIMO RODRIGUES

Secretário de Educação do Estado da Bahia



7 A TRILHA NA MINHA VIDA

Você gostou do processo da escrita? Como foi?

Nessa etapa da nossa trilha, o processo de escrita faz parte da sua formação, pois precisamos pensar como podemos contribuir para a valorização dos saberes ancestrais. Nesse sentido, a produção textual torna-se uma grande aliada! Vamos continuar a nossa caminhada?

8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

As comunidades quilombolas e as comunidades indígenas sempre enfrentaram muitas dificuldades no que se refere ao acesso aos serviços básicos como saúde, educação, transporte, entre outros. E, com a pandemia da covid-19, estas dificuldades ficaram ainda mais nítidas.

EU PESQUISADOR/PESQUISADORA!

Queremos conhecer um pouco mais sobre a sua realidade e gostaríamos de saber como essa pandemia tem afetado sua comunidade ao lidar com as tecnologias e o ensino remoto.

Seja um pesquisador e faça uma entrevista com estudantes da sua comunidade. Utilize as questões seguintes e fique à vontade para inserir outras que achar convenientes. Em seguida, divulgue os resultados em forma de gráficos para toda a sua escola.

Caso tenha dúvida, busque ajuda dos(as) professores(as) para a apresentação do resultado da sua pesquisa. Na produção do seu gráfico, não se esqueça de dialogar com sua professora e/ou seu professor de matemática.

Questões sugeridas:

- ◆ Sua escola ofereceu no período da pandemia aulas síncronas (ao vivo) e assíncronas (aulas gravadas)?
- ◆ Como você fez para acessar e acompanhar as aulas síncronas e as aulas assíncronas?
- ◆ Você tem acesso à internet?
- ◆ Quais foram suas maiores dificuldades para acompanhar as aulas?

APRESENTAÇÃO

Aquilombar-se na contemporaneidade, em tempos de retrocessos políticos, feminicídios, ecogenocídio, homofobia, transfobia, machismo, sexismo, racismo, intolerância religiosa, entre outras mazelas sociais, é um dos desafios mais urgentes na história da humanidade.

Vivemos os tempos mais difíceis que a história já pôde contar. Todavia, buscamos no conceito epistemológico de *kilombo* uma união de forças capazes de nos manter vivos e vivas, tal como nossos(as) ancestrais fizeram ao recriar nos quilombos, nos terreiros de religiões de matrizes africanas e nas diversas etnias indígenas, espalhados por todo o território brasileiro, a compreensão de coletividade como estratégia de luta e reexistência para que hoje pudéssemos ter acesso à herança cultural, política, filosófica, religiosa e pedagógica deixada por nossos(as) antepassados(as). As Trilhas **afro-indígenas brasileiras** são uma revisão histórica da ancestralidade indígena e negra do Brasil. Visto que nosso país possui a maior diáspora africana e que há 305 etnias indígenas no Brasil e 22 na Bahia¹, precisamos revisar a nossa história de vida, a nossa ancestralidade pelas vias da diversidade, pela quebra dos referenciais brancos de uma história única, pela necessidade de fazermos a

¹ FUNAI. *O Brasil Indígena (IBGE)*. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>>.

6 A TRILHA É SUA: COLOQUE A MÃO NA MASSA

Agora é a sua vez!

Vamos escrever uma carta, seguindo as orientações para a escrita de uma correspondência formal, para o Conselho Estadual de Entidades Negras – CONAC e/ou para o Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia – MUPOIBA, solicitando atendimento às reivindicações de políticas públicas para as comunidades quilombolas e para os povos indígenas.

Antes de começar, converse na sua comunidade com lideranças e demais pessoas para levantar as demandas a serem colocadas na sua carta.

Segue abaixo as orientações para a estrutura da carta:

Instruções:

1. Escreva o seu nome e o seu endereço no canto superior esquerdo da página.
2. Mais abaixo e à direita coloque o nome e endereço do destinatário.
3. Escreva o local e a data em que a carta foi feita, seguidos do assunto da carta formal (escrito de forma concisa).
4. Abra a carta dirigindo-se cordialmente ao destinatário.
5. Explique o motivo da carta e desenvolva o assunto a ser tratado. Organize as informações do modo que seja mais significativo e interessante aos envolvidos.
6. Depois do texto, não se esqueça de fazer o fechamento da carta, com uma despedida e/ou um agradecimento.
7. Assine seu nome no final.

Exemplo:

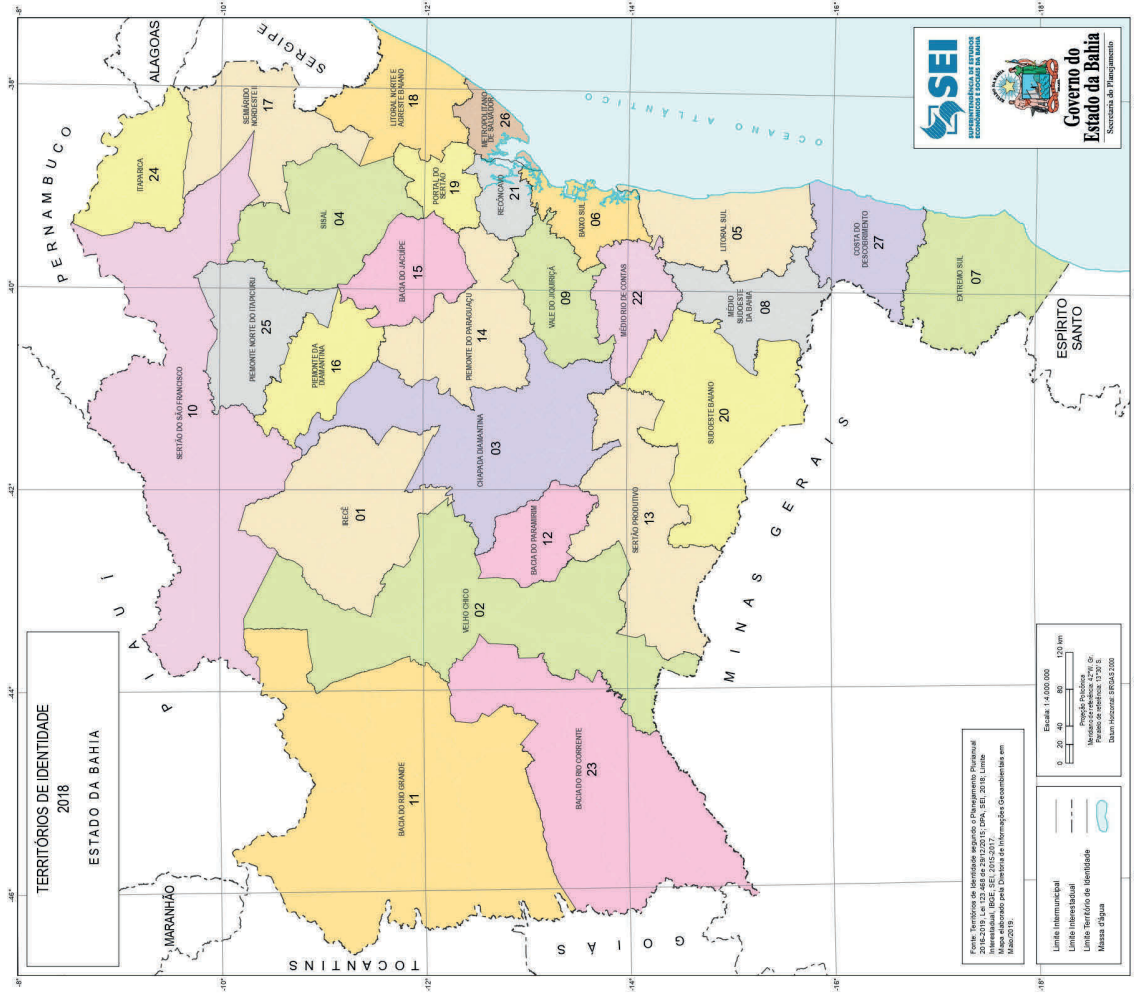
Nome	Nome
Endereço do remetente	Endereço do destinatário
Exmo.(s). Senhor(es)/ Exma. (s). Senhora(s),	Nome
Local, data (Ex: São Paulo, 5 de março de 2013)	Endereço do destinatário
Assunto: (Ex: Pedido de esclarecimentos)	
[Abertura da Carta]	
(Ex: Exmo.(s). Senhor(es)/Exma.(s). Senhora(s), Prezado diretor, etc.)	
Venho por este meio, solicitar a V. Ex.ª (s) a atenção para os fatos que passo a expor...	
[Corpo da carta]	
[Fecho da carta]	
(Ex: Agradecendo antecipadamente a atenção de V. Exa., apresento os meus melhores cumprimentos.)	
Atenciosamente,	
Assinatura (nome escrito para facilitar identificação)	

descolonização nos currículos das escolas na educação e pela releitura dos nossos legados ancestrais que os livros didáticos não contemplam.

Esta trilha é simples, mas é a proposta de um estudo das epis-
temes tradicionais que quebram a verticalidade do poder, é a
posição contra-hegemônica de educadoras e de educadores
que fazem do respeito à cultura afro-indígena no Brasil um
elo que não se quebra com os castigos impostos aos nossos
antepassados, que não se quebra com a imposição de um
currículo eurocêntrico, mas que resiste e transgride à história
criada, imposta e reproduzida pelo colonizador europeu em
apresentar povos africanos, africanos da diáspora e indígenas
como selvagens, passivos, atrasados, sem alma, sem história
e sem escrita. Temos uma história ancestral de luta e de
resistência. Uma história silenciada e/ou distorcida. Portanto,
a nossa trilha é uma revisão curricular que precisa ser vista
como inclusiva no respeito a mulheres, homens e crianças
pretas e indígenas que ocupam as nossas salas de aula e que,
por inúmeras vezes, são invisibilizadas e anuladas pela socie-
dade racista, sexista, machista e cristã que nos oprimiu ao
longo das nossas vidas.

*Equipe de Elaboração das Trilhas/ Coordenação de Educação
do Campo e Quilombola*

Figura 16. Territórios de Identidade do estado da Bahia



Fonte: Secretaria de Planejamento da Bahia, 2018. Disponível em: <http://www.sesplan.ba.gov.br/modules/contendo/contendo.php?contendo=17>

QUADRO-SÍNTESE: 1ª série

Objetivos gerais

- ◆ Identificar geograficamente os territórios de identidade do estado da Bahia, localizando as comunidades quilombolas que os compõem;
- ◆ Identificar as etnias indígenas baianas e suas localizações nos territórios de identidade;
- ◆ Conhecer os objetivos, as ações e os princípios da Fundação Cultural Palmares e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- ◆ Conhecer o processo de certificação e de demarcação de terras quilombolas e de terras indígenas;
- ◆ Compreender o processo histórico e a contribuição das culturas indígenas e das culturas africanas para a formação da diversidade cultural do povo brasileiro;
- ◆ Compreender as mudanças e permanências culturais que fazem parte do cotidiano das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) na Bahia;
- ◆ Desconstruir estereótipos sobre as culturas dos povos africanos na diáspora e dos povos indígenas.



II Unidade letiva: Trilha 3 – Colonização do Brasil, Formação dos Quilombos, Comunidades Quilombolas e organizações e culturas indígenas atuais

Tema gerador: Formação dos Quilombos como organizações de luta e de resistência/História e cultura indígenas na contemporaneidade

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

- ◆ Exposição oral dialogada;
- ◆ Estudos dirigidos e comentários orais e escritos;
- ◆ Pesquisas práticas e bibliográficas;
- ◆ Leituras e interpretações de imagens e de fotografias de comunidades quilombolas e de povos indígenas;
- ◆ Análises e leituras de mapas para identificação de terras e territórios indígenas e quilombolas nos diversos territórios de identidade da Bahia;
- ◆ Produção textual a partir da escrita de uma carta às entidades em defesa dos direitos dos povos indígenas e quilombolas;
- ◆ Realização de entrevistas com moradores de suas comunidades.

PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS PARA A APRENDIZAGEM:

- ◆ Criação do **caderno** de campo para registros diários do conhecimento prático e do conhecimento desenvolvido em sala de aula, individualmente e/ou em grupo;
- ◆ Participação ativa do aluno no processo de ensino e aprendizagem;
- ◆ Reflexões, provenientes de debates, seminários, rodas de conversas, a respeito dos temas estudados;
- ◆ Escrita de uma carta de acordo com as normas para construção de correspondências formais;
- ◆ Registros de atividades realizadas na escola e extraclasse;
- ◆ Elaboração de gráficos com os resultados dos trabalhos práticos resultantes de pesquisas de campo.

Conhecendo um pouco mais sobre povos indígenas

Você conhece o filme *Terra Vermelha*, com direção de Marco Bechis e roteiro de Luiz Bolognesi?

Não perca a oportunidade de refletir e de compreender sobre a realidade do Brasil. Neste filme, observaremos a luta da população indígena ao reivindicar suas posses por direito.

Confira no *link* a seguir:

- ▶ **Terra Vermelha** – https://youtu.be/nOCFZWF_Wb4

TRILHA SONORA – Qual é a melodia dessa caminhada?

- ▶ **Todas as Tribos (Tupã)** – <https://youtu.be/fN-w3ocXyTA>
- ▶ **Zé do Caroco** – <https://youtu.be/pGvRxG6WK5k>
- ▶ **Retomada** – <https://youtu.be/NrrpGHepXpc>
- ▶ **14 de Maio, Lazzo Matumbi** – <https://youtu.be/sQo8gKGdH2U>

5 RESOLVENDO DESAFIOS DA TRILHA

Observe o mapa na página seguinte e responda às questões propostas no seu **caderno de campo**.

- 1 Localize no mapa da Bahia o seu Território de Identidade.
- 2 Pesquise quais são os municípios que fazem parte do seu Território de Identidade.
- 3 Pesquise no site da Fundação Cultural Palmares e liste os municípios com as respectivas comunidades quilombolas certificadas pela FCP que fazem parte do seu Território de Identidade.

➔ <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-22042021.pdf>



Conhecendo um pouco mais sobre povos quilombolas

Você conhece o documentário *Quilombos da Bahia*, do cineasta baiano Antônio Olavo?

O documentário te levará a uma viagem encantadora da nossa História que os livros didáticos não mostram. Não perca a oportunidade de se deliciar com esse encanto que é conhecer os quilombos da Bahia.

Confira no *link* a seguir:

► **Quilombos da Bahia** – <https://vimeo.com/355576214>

Com o objetivo de fortalecer e de valorizar a cultura africana e afro-brasileira, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) preparou uma série de atividades alusivas ao Novembro Negro, mês dedicado ao Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro. São atividades como palestras, rodas de conversa, apresentações culturais e divulgação de experiências exitosas desenvolvidas por estudantes de quatro unidades escolares da rede estadual de ensino.

Com o tema **200 anos de Independência do Brasil. Reparação já aos povos indígenas e negro**, a participação de Antônio Olavo — diretor dos documentários *A História de Canudos*, *Quilombos da Bahia*, *A cor do Trabalho*, 1798: *Revolta dos Búzios*, entre outros — representou um salto qualitativo para a educação baiana.

Acompanhe você também:

► **Canal Educação Bahia** – <https://bit.ly/3qcsccDr>

TRILHA 3

Formação dos Quilombos como organizações de luta e de resistência | **História e cultura indígenas na contemporaneidade**

1 PONTO DE ENCONTRO

Olá! Tudo bem?

Que bom encontrar você por aqui. Animado(a) para iniciar mais uma trilha?

O convite desta vez é para descobrimos juntos(as) o universo dos povos indígenas e das comunidades quilombolas antigas e atuais. Para compreendermos melhor sobre as comunidades quilombolas, faremos uma viagem em Angola e depois voltaremos para o estado da Bahia conhecendo os diversos territórios de identidade.

Vamos começar nossa trilha?

2 BOTANDO O PÉ NA ESTRADA

Você sabia que os Quilombos são de influência dos povos Kongo-Angola?

Angola possui 18 províncias e uma diversidade etnolinguística que a subdivide territorialmente em nove famílias de falantes das línguas Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Hetelo, Oxindonga, Oxiwambo, Ngangela e Nhaneka (e suas variantes). Embora tenhamos, no Brasil, uma vasta literatura que explique que a origem do quilombo provenha dos povos Ovimbundu, falantes da língua Umbundu, cada um dos 9 grupos etnolinguísticos conceitua o quilombo de diversas maneiras. Para os povos Bakongo, falantes da língua Kikongo, o quilombo é percebido como local de resistência, abrigo de mantimentos, aldeia onde vivem os Reis, Nganga e espaço sagrado de iniciação, podendo

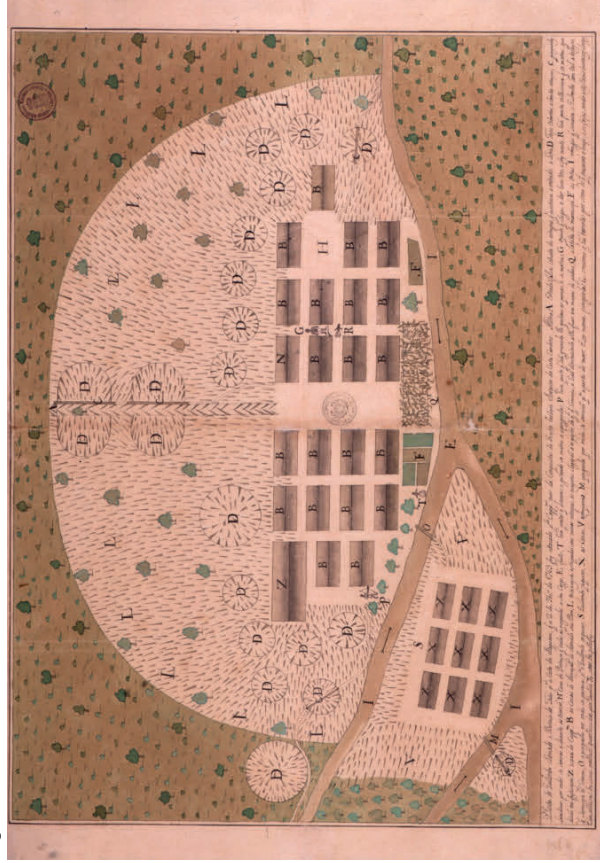
ser chamado pelos mais velhos como *mbanza okete*, *evata* ou *libata*. Para os Ambundu, falantes da língua Kimbumbu, o quilombo é definido como um acampamento com estrutura política, religiosa e também militar para proteger o(a) soberano(a), podendo ser chamado pelos(as) mais velhos(as) de cada província, respectivamente, como *ndemba*, *dibata*, *mbala* ou *mbonge*. Para os Ovimbundu, o quilombo é definido como acampamento militar e espaço de iniciação, podendo ser chamado pelos mais velhos como *ocilombo* ou *olosinge*.

É importante não esquecer que, sendo em Angola ou no Brasil, os quilombos representaram um espaço pan-africanista de luta e de resistência contra a colonização europeia.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. **De Angola à Nilo Peçanha**: traços da trajetória histórica e da resistência cultural dos povos Kongo/Angola na região do Baixo-Sul. 2020. 260f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2020. p.123-124,188-189. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/?cat=-trabalhos-academicos-teses-ppgeduc> (Texto adaptado). Acesso em: 9 de fevereiro de 2022.

Para aprofundar o conhecimento sobre as estratégias de resistência dos Quilombos, observe a figura 1 a seguir e, de posse do seu **caderno de campo**, vamos pesquisar:

Figura 1. Planta do Quilombo Burraco do Tatu (1744–1763)



Fonte: *Bede da Memória Virtual Brasileira*.

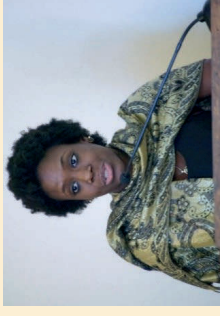
CONHECENDO UM POUCO MAIS 1

Já ouviu falar em Quilombismo? Vamos conhecer um pouco sobre este termo?

Ouçá a seguir o *podcast* da intelectual negra carioca Aline Cristina Oliveira do Carmo:

🔊 <https://anchor.fm/cassia-santos78/episodes/Quilombismo-e-eleijoz>

Figura 15. Palestra sobre Direitos Humanos e Processos de Democritização – Chile



Fonte: acervo pessoal de Aline Carmo, 2011.

Estudantes quilombolas e indígenas, agora é sua vez:

Dê um passeio ao redor da sua comunidade quilombola e/ou aldeia. Observe como são as relações cotidianas do seu povo, as relações interpessoais, as atividades desempenhadas por cada uma/um que compõe o seu quilombo e/ou a sua aldeia. Depois, de posse do seu **caderno de campo**, tendo como base a explicação da professora Aline Carmo, cite 3 princípios de coletividade percebidas dentro da sua comunidade quilombola e /ou da sua aldeia.

Fontes de pesquisa:

- ♦ NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombalismo: uma alternativa política afro-brasileira. **Afrodiaspora**, ano 3, n. 6 e 7, p. 19–40. 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408009/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Abdias_0%20Quilombismo.pdf>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.
- ♦ NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. **Afrodiaspora**, ano 3, n. 6 e 7, p. 41–49. 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_0%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20negra.pdf>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.
- ♦ SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI/ Universidade de Brasília – UnB, 2015. Disponível em: <http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2022.

Figura 14. Campo Grande – Santa Teresinha/BA



Campo Grande – Santa Teresinha/BA

Tacun Lecy é avô e pai, cantor e fotógrafo, axogum e macumbeiro. Tacun Lecy traz na sua fotografia a herança africana enraizada nos cotidianos da população negra da Bahia. Suas pesquisas enfocam, especialmente, dois alicerces da cultura afro-brasileira: os candomblés Jeje-Nagô do Recôncavo Baiano, bem como as comunidades remanescentes de quilombos.

Texto e imagens: LECY, T. **Experiências quilombolas**. Biblioteca virtual Consuelo Pondé. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=157>.

- ◆ Discuta com seus colegas e professor(a) sobre as mudanças e as permanências nas estruturas culturais da comunidade de Campo Grande, em Santa Teresinha, a partir das imagens do Texto 1.

Com base nos seus conhecimentos e no texto, responda:

- 1 Qual era a definição de quilombo difundida pela história do Brasil no passado?
- 2 Hoje, podemos dizer que esse conceito mudou? Qual é sua percepção de quilombo?
- 3 Quais são as maiores dificuldades hoje enfrentadas pelo povo quilombola?
- 4 Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades encontradas pela juventude quilombola para se manter no quilombo?

- 1 Em qual território brasileiro o Quilombo do Buraco do Tatu organizou a sua estrutura de resistência contra a colonização?
- 2 Descreva a(s) estrutura(s) e a(s) tática(s) de proteção que os quilombolas do Buraco do Tatu criaram para a sua defesa.
- 3 Com qual(is) comunidade(s) quilombola(s) o quilombo do Buraco do Tatu mantém suas redes de sociabilidades e/ou vínculos de parentesco. Descreva como eram estas outras comunidades e o papel que cada uma exercia à época para garantir a segurança coletiva da luta negra.
- 4 Pesquise sobre três quilombos brasileiros que possuíam uma morfologia semelhante e/ou quase semelhante ao do quilombo Buraco do Tatu.

Agora é sua vez de pesquisar a sua comunidade quilombola!

Escolha um *sekulo* do seu quilombo e de posse do seu **caderno de campo**:

- I. Investigue sobre as táticas que a sua comunidade precisou criar e/ou ainda cria para manter-se viva e garantir a reexistência de todo o seu povo.
- II. Com qual(is) comunidade(s) quilombola(s) o seu quilombo mantém e/ou mantém redes de sociabilidades e/ou vínculos de parentesco? Descreva como eram/são estas outras comunidades e o papel que cada uma exercia/exerce para garantir a segurança coletiva da luta negra.
- III. Construa um croqui da sua comunidade quilombola. Lembre-se de nos apresentar a localização dos rios (mares, fontes, lagoas, etc.), das florestas e das comunidades que fazem fronteira com a sua, como também mudanças e permanências das paisagens deste lugar no tempo em que o *sekulo* escolhido era criança, e como a comunidade se encontra atualmente.

Você sabia que no território baiano existem 56.381 pessoas autodeclaradas indígenas?

Figura 2. Indígenas reivindicando melhorias nas estradas das aldeias



Figura 3. Estudantes indígenas da Bahia no curso de licenciatura intercultural indígena no IFBA de Porto Seguro



Figura 4. Povos tupinambá, pataxó e pataxó há há há



Fotos: acervo da equipe

Os povos indígenas são os habitantes originários das terras do continente americano antes da invasão europeia. As Nações Unidas definem que “as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos” (LUCIANO, 2006, p. 27).

A enorme diversidade sociocultural e étnica dos(as) indígenas brasileiros(as) é estimada, no século XVI, quando os portugueses invadiram o Brasil, em cerca de 5 a 10 milhões de povos indígenas, de mais de 1.000 etnias e falantes de mais de 1.300 línguas. Atualmente, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2010, revelou que a população indígena no Brasil é constituída de 896,9 mil indígenas, sendo 36,2% residentes em área urbana e 63,8% na área rural, pertencentes a 305 etnias e falante de 274 idiomas.

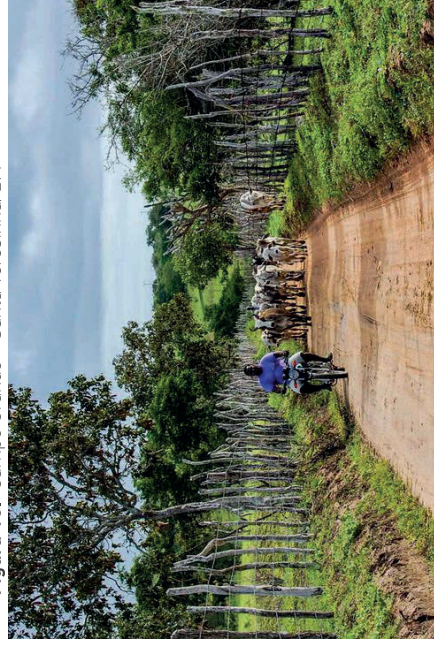
Existem contradições entre o que é aprendido na escola e na mídia e a realidade dos povos indígenas em geral, especialmente os povos indígenas do Nordeste. Em geral, dizem que nesta região os indígenas foram extintos ou estão em vias de extinção.

comunidades quilombolas seriam um dos focos das minhas pesquisas como fotodocumentarista, e que eu retornaria muito mais vezes.

Em um desses retornos tive a oportunidade de levar um grupo de fotógrafos para que conhecessem Campo Grande e interagissem com os seus moradores. Durante a expedição, alguns participantes se espantaram ao perceberem que em algumas casas havia TV LED, videogame, leitor de DVD, chuveiro elétrico, cafeteira, internet entre outros equipamentos. Na visão de quilombo deles, essas “novidades” não faziam parte. Como também não faz para muitas pessoas que desconhecem os cotidianos dessas comunidades e acham que o bonito e o interessante estão apenas nas casas de taipa, nos fogões a lenha, na moringa que guarda a água, nos banhos de cuia e em todas as formas de vida evidenciadas no retrocesso. Mas, se perguntarmos a cada uma dessas pessoas se elas gostariam de viver sob as mesmas condições do que elas acham bonito, certamente observaremos um contraste nas respostas.

Como em qualquer lugar, a vida no quilombo é muito dinâmica. Em cada comunidade existe um **pluriverso (grifo nosso)** de culturas e de informações que, apesar do forte vínculo com o passado, se modificam ao longo do tempo. Moradia, música, culinária, dança, transporte, trabalho, comunicação, relações... Para quem quiser realmente conhecer e entender essa dinâmica quilombola, que entre com a cabeça e o coração desprovidos de qualquer pré-conceito acerca desses povos. Nada é estático! Nada, a não ser o olhar de quem é e quer continuar sendo de fora!

Figura 13. Campo Grande – Santa Teresinha/BA



4 EXPLORANDO A TRILHA

Tudo bem até aqui?

Vamos conhecer as experiências de brasileiros(as) que descobriram outras narrativas históricas sobre comunidades quilombolas e indígenas. Você percebeu como os saberes dos nossos ancestrais foram e são importantes para a formação da sociedade brasileira? Tenho certeza de que você quer continuar a nossa caminhada. Vamos lá?

Agora, você lerá o relato do fotógrafo Tacun Lecy, que conheceu uma comunidade quilombola na cidade de Santa Terezinha, no interior da Bahia.

Texto 1

Quilombos

Ainda estudava nas séries primárias quando ouvi pela primeira vez a palavra “quilombo”, na aula de Estudos Sociais da escola. Era uma época de poucos recursos que possibilitassem a busca de maiores conhecimentos e interação com o mundo, ao contrário dos tempos atuais. As bibliotecas, o velho telefone discado e os telégrafos eram as nossas maiores possibilidades. Nesse contexto, o que se aprendia em sala de aula seriam verdades que carregávamos nos nossos caminhos; e algumas dessas verdades contavam que os quilombos eram lugares onde os escravos se escondiam quando fugiam das senzalas. Em todas as figuras dos livros, as imagens mostradas eram de negros com roupas rasgadas, com corpos marcados, sempre em condições marginais e sub-humanas. Traições, dores, sofrimentos, mortes... Nenhum traço de dignidade ou de alegria era perceptível naquelas informações.

Mais de 20 anos após essa aula, tive a oportunidade de conhecer Campo Grande, uma comunidade remanescente de quilombo localizada na cidade de Santa Terezinha, na Bahia. O propósito da minha ida até lá foi para fotografar um grupo de artesãs para o extinto Instituto Mauá. É claro que a essa altura eu já conhecia mais informações sobre essas comunidades tradicionais, mas não tinha ideia do que eu encontraria ao adentrar aquelas terras. A única certeza era de entrar com os olhos de um curioso e procurar observar e vivenciar ao máximo os processos daquela gente. Fiz isso, e saí de lá com mais outras certezas: que a partir daquele dia, as

Como o conjunto dos povos indígenas habitantes do Nordeste brasileiro, as muitas etnias indígenas baianas passaram por um período de invisibilidade histórica, política e cultural, marcadamente durante o século XX, sob o estigma da denominação de “caboclos”, ou seja, categoria de assiguação mestiça, deslegitimadora de qualquer pretensão de reivindicar uma especificidade étnica e cultural.

No estado da Bahia, assim como acontece em outros estados do Nordeste, essa concepção cria um grave equívoco, pelo qual os indígenas sequer são considerados indígenas, pois não correspondem aos traços fenotípicos dos chamados povos da floresta, estereótipo do “índio brasileiro”. Um imaginário inventado e reproduzido pelo colonizador. Nos povos que são reconhecidos como tradicionais, seus representantes são vistos como remanescentes, perpetuando a lógica da extinção. No entanto, a real história dos indígenas do estado da Bahia aponta para o caminho inverso, o de resistência e de emergência, não só populacional como também cultural.

Segundo o censo de 2010, em todo o território baiano existem 56.381 pessoas autodeclaradas indígenas, vivendo em cidades e em aldeias indígenas localizadas em 33 municípios, pertencentes a 22 (vinte e dois) povos indígenas, das etnias Atikun, Fulni-ô, Kaimbé, Kambiawá, Kantaruré, Kapi-nawá, Kariri-Xokó-Fulni-ô, Kiriri, Pankararé, Pankararú, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Payayá, Potiguara, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tuxá, Tuxí, Xakriabá, Xukuru-Kariri, situados nas regiões Sul, Extremo Sul, Norte, Oeste e Centro Leste, mas com uma maior concentração populacional nas regiões Sul e Extremo Sul.

Fontes:

SILVA, Daniel Neves. “Povos indígenas do Brasil”; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasilo-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em 16 de março de 2022. (Texto adaptado).

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Veja tabela abaixo:

Tabela 1. População indígena do estado da Bahia

POVO INDÍGENA	MUNICÍPIO	POVO INDÍGENA	MUNICÍPIO
Pataxó	Santa Cruz Cabrália	Tumbalalá	Curaçá
	Porto Seguro		Abaré
	Prado		Ilhéus
	Itamaraju		Una
Pataxó hã hã hãe	Pau Brasil	Tupinambá	Itapebi
	Itaju Do Colônia		Belmonte
	Camacã		Buerarema
	Camamu		Banzaê
	Serra do Ramalho		Barreiras
Tuxá	Alcobaça	Kiriri	Muquém de São Francisco
	Muquém De São Francisco		Euclides da Cunha
	Banzaê	Kaimbé	Glória
	Rodelas	Kantaruré	Lauro de Freitas
	Ibotirama	Kariri-xocó/Fulni-ô	Serra do Ramalho
	Santa Rita De Cássia	Fulni-ô	Utinga
	Rodelas	Payayá	Morro do Chapéu
	Curaçá	Tuxí	Abaré
	Angical	Potiguara	Muquém De São Francisco
	Pau Afonso	Xucuru-kariri	Glória
Pankararu	Pau Afonso	Pankararé	Glória
	Muquém de São Francisco		Côcos
Pankaru	Serra Do Ramalho	Kapinawá	Serra Do Ramalho
	Paulo Afonso		Rodelas
Truká	Sobradinho	Kambiawá	Rodelas
		22 povos	33 municípios

Fonte: Sonja Mara | CIN=Coordenação Indígena/SEC, 2021.

Figura 9. Tradição de trançar chapéus em Yargem do Sal, na Bahia



Foto: Assessoria de Imprensa da Cresol Central SC/RS

Essa situação se relaciona, em grande parte, ao conflito sobre a posse de terras ocupadas por estas comunidades. Os reflexos estão expressos, por exemplo, na irregularidade fundiária da maioria dos territórios quilombolas, na falta de acesso à água potável, de saneamento básico, de educação e de saúde.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) que aconteceu em Brasília, 2010, realizou um debate sobre a 'diversidade' no campo da política educacional. As discussões da CONAE resultaram na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Isso significa que a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser consolidada em nível nacional e seguir orientações curriculares gerais da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país.

Figura 10. Maniaçu, Caetitê-BA



Foto: Rogério Soares

Figura 11. Serra do Queimado, BA



Foto: Maria Augusta da Luz

Figura 12. Caetitê-BA



Foto: Rogério Soares

3 LENDO AS PAISAGENS DA TRILHA

Realidade quilombola na Bahia

Figura 6. Serra do Ramalho-BA, 2019



Foto: Rogério Soarez

Figura 7. Comunidade de Campinhos, Serra do Ramalho-BA

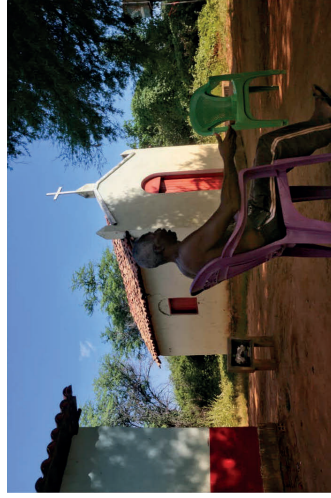


Foto: Rogério Soarez

Figura 8. Sambaíba, Caetitê-BA



Foto: Régina de Souza Xavier

Atualmente, o Estado da Bahia, juntamente com o Maranhão, possui a maior concentração de comunidades quilombolas no Brasil. São mais de 500 comunidades somente na Bahia. Portanto, é estratégico para o governo da Bahia construir e executar uma política estadual de promoção de direitos à terra para as comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas têm sido historicamente invisibilizadas nas diversas esferas da sociedade brasileira desde o processo de escravização. Um marco importante para essa comunidade foi a Constituição de 1988, a qual representou um divisor de águas ao incorporar em seu conteúdo o reconhecimento de que o Brasil é um Estado pluriétnico, ao reconhecer que há outras percepções e usos da terra para além da lógica de terra, e o direito à manutenção da cultura e dos costumes às comunidades e povos aqui viventes. Infelizmente, em muitas comunidades quilombolas, nas várias regiões do País, se faz presente uma grave situação de vulnerabilidade e insegurança sócio-educacional.

Para aprofundar o conhecimento sobre as populações indígenas, observe a figura 2 a seguir e, de posse do seu **caderno** de campo, vamos pesquisar:

Figura 5. Planta do Parque Indígena do Xingu (2007)



Fonte: Pedro Biondi | Agência Brasil.

- 1 Em qual território brasileiro o Parque Indígena do Xingu está localizado?
- 2 Qual é a autodenominação dos parentes localizados no Parque Indígena do Xingu?
- 3 Pesquise sobre a situação atual dos Parentes do Parque do Xingu.
- 4 Com qual(is) comunidade(s) indígena(s) os Parentes do Xingu mantêm suas redes de sociabilidades.
- 5 Pesquise sobre três comunidades indígenas brasileiras que possuem uma morfologia semelhante e/ou quase semelhante à do Parque Indígena do Xingu.

Agora é a sua vez de pesquisar a sua aldeia indígena!

Escolha um ancião ou uma anciã da sua aldeia e de posse do seu **caderno** de campo:

- I. Investigue sobre as táticas que a sua comunidade precisou criar e/ou ainda cria para manter-se viva e garantir a reexistência de todo o seu povo.
- II. Com qual(is) comunidade(s) indígena(s) e quilombola(s) a sua aldeia mantém e/ou mantém redes de sociabilidades e/ou vínculos de parentesco? Descreva como eram/são estas outras comunidades e o papel que cada uma exercia/exerce para garantir a segurança coletiva da luta indígena e negra.
- III. Construa um croqui da sua aldeia. Lembre-se de nos apresentar a localização dos rios (mares, fontes, lagoas, etc), das florestas e das aldeias indígenas e/ou comunidades quilombolas que fazem fronteira com a sua aldeia, como também mudanças e permanências das paisagens deste lugar no tempo em que o ancião/anciã escolhido(a) era criança, e como a aldeia se encontra atualmente.

SAIBA MAIS 1

Devemos chamar Índio ou Indígena?

A denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Mas esta denominação é o resultado de um mero erro náutico (...). Foi assim que os habitantes encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas” que até hoje conservam. Deste modo, não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami, etc. (...) Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo

de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multirracial de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes. (...) O processo de reafirmação das identidades étnicas, articulado no plano estratégico pan-indígena por meio da aceitação da denominação genérica de índios ou indígenas, resultou na recuperação da autoestima dos povos indígenas perdida ao longo dos séculos de dominação e escravidão colonial. O índio de hoje é um índio que se orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular. Este sentimento e esta atitude positiva estão provocando o chamado fenômeno da etnogênese, principalmente no Nordeste. Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. Coleção Educação para Todos (Série Via dos Saberes nº. 12), p. 29-33. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SAIBA MAIS 2

Por que os índios se chamam de “parentes”?

O termo *parente* não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual. A decisão qualificada tomada pelos povos indígenas do Brasil quanto à valorização positiva da denominação genérica de índio ou indígena, expressa por meio do termo *parente*, simboliza a superação do sentimento de inferioridade imposto a eles pelos colonizadores durante todo o processo de colonização. É notório que a qualificação estratégica dada à categoria social e política destes termos tenha impulsionado a emergência das reafirmações de identidades étnicas particulares de cada povo com força e clareza nunca antes vistas, ou seja, enquanto a denominação índio ou indígena era negada pelos povos indígenas por ser pejorativa e desqualificadora, as identidades étnicas particulares também eram negadas ou reprimidas.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. Coleção Educação para Todos (Série Via dos Saberes nº. 12), p. 31. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2022.